

**AIDS NO BRASIL: COMO OS JOVENS ENFRENTAM O DESAFIO DA
PREVENÇÃO E A IMPORTÂNCIA DAS AÇÕES GOVERNAMENTAIS COMO
ALIADA NESSE PROCESSO**

Maria Elizabete de Souza Barros*

Rossana de Fátima lopes dos Santos Galvão**

RESUMO

O enfrentamento do HIV e da gravidez precoce entre os jovens no Brasil apresenta desafios significativos relacionados à desigualdade social, ao conservadorismo e à falta de informação acessível sobre saúde sexual e reprodutiva. Dados indicam que, em 2022, mulheres jovens e de grupos vulneráveis, como as pardas e pretas, representaram uma parcela considerável de gestantes com HIV. A baixa adesão ao uso de preservativos, priorizando a prevenção de gravidez em detrimento do HIV, reflete a insuficiência de campanhas contínuas e adequadas. Em resposta, o Ministério da Saúde implementou ações como a introdução de um teste rápido para HIV e sífilis no SUS, focado inicialmente em grupos prioritários. Além disso, novas diretrizes clínicas e a simplificação dos tratamentos, com a redução do número de comprimidos diários para pessoas vivendo com HIV, buscam aumentar a adesão e melhorar a qualidade de vida dos usuários. O lançamento de editais de financiamento e a criação do Comitê Interministerial para Eliminação de Doenças Socialmente Determinadas reforçam o compromisso do governo em enfrentar questões relacionadas à transmissão vertical do HIV, sífilis e hepatite B. Apesar dos avanços, permanece a necessidade de estratégias que dialoguem diretamente com os jovens, promovendo o uso de preservativos, métodos de prevenção combinada, e acesso ao planejamento reprodutivo. A integração entre saúde pública, educação e políticas sociais é essencial para quebrar o ciclo de vulnerabilidade que afeta essa população, garantindo a construção de um futuro mais saudável e equitativo.

Palavras-chave: 1.HIV na juventude ; 2. Desafios ; 3. Ações governamentais

1- INTRODUÇÃO

O tema AIDs/HIV ganham mais importância, mais repercussão em datas específicas como por exemplo, no final e do ano, em dezembro, no dia 1º data em que se comemora o Dia Mundial de Luta Contra a Aids e no período do Carnaval. São períodos que se entende que há um maior aumento de relações sexuais entre

*Mestranda em Ciências da Educação pela Facultad Interamericana de Ciências Sociales – FICS
E:mail: elizabetebarrros66@hotmail.com

** Mestranda em Ciências da Educação pela Facultad Interamericana de Ciências Sociales –FICS
E:mail: rossanagalvao2005@gmail.com

as pessoas. Nessa época, o governo tem um trabalho maior no que se refere á campanhas publicitárias em todo o território brasileiro. São feitas campanhas que alertam para a prevenção, assim como, são divulgados os dados epidemiológicos.

Em 2023, por exemplo, o Ministério da Saúde utilizou o slogan “Voltou o Carnaval e com camisinha a alegria é geral”. Todavia, passadas essas datas, todo o processo de campanha para os cuidados de prevenção, tende a ser esquecido. Nesse sentido, falar sobre as orientações e prevenções contra a AIDS/HIV é tema, é assunto para ser tratado durante todo o ano, de janeiro a janeiro.

De acordo com, Ayres (2002); Silva e Teixeira, (2009) a falta de debates que abordem a AIDS e sua prevenção é um reflexo de uma crise maior na maneira como o nosso país vem tratando do assunto.

Sabe-se que, num passado não muito distante se fazia um trabalho de prevenção e esse era bastante fortalecido e acontecia com a parceria entre ONGs e movimentos sociais, que tinham como foco em ações educativas, na promoção dos direitos humanos e no combate ao preconceito e à discriminação. Entretanto, esse trabalho foi enfraquecido com o crescimento do conservadorismo moral.

As ideias sobre o HIV variam entre o medo e a percepção de que é uma doença tratável. O risco é visto de forma vaga, não sendo uma preocupação constante, com mais atenção voltada para evitar a gravidez. O uso do preservativo é considerado uma medida temporária, sendo logo substituído pela confiança no parceiro ou parceira sexual.

As informações disponíveis não têm sido suficientes para lidar com o crescimento do conservadorismo e a falta de políticas eficazes de prevenção para os jovens. Para mudar essa situação, é importante criar políticas que ofereçam informações claras e adequadas, que atendam aos interesses dos jovens, aumentem o acesso a diferentes formas de prevenção e coloquem o HIV e as Infecções Sexualmente Transmissíveis, novamente nas discussões sobre saúde e sociedade.

2. AIDS/HIV ENTRE OS JOVENS DO BRASIL: UMA DISCUSSÃO QUE NÃO PODE SER POSTERGADA

Desde a chegada da doença no Brasil, debates e sobre HIV/AIDS ganha maior visibilidade em momentos específicos do ano, como por exemplo, o Dia Mundial de

Luta Contra a AIDS que acontece em 1º de dezembro, e durante o Carnaval. Nessas ocasiões, campanhas de grande alcance se concentram na prevenção e na divulgação de dados epidemiológicos.

O Ministério da Saúde, nessa época o Ministério da Saúde, lança campanhas com o objetivo de que as pessoas sejam orientadas e conscientizadas dos cuidados que devem ter quanto a se relacionarem com seus parceiros sexuais, sobre a importância do uso dos preservativos para que a não seja infectados pelo HIV. Sabe-se da importância dessa conscientização, das campanhas, porém é fundamental que a prevenção ao HIV e às Infecções Sexualmente Transmissíveis (ISTs) seja tratada como prioridade e que seja uma ação contínua, com movimentos que ocorram dessas datas e se estendam ao longo de todo o ano.

Hoje, o HIV é entendido de diferentes maneiras: enquanto algumas pessoas ainda associam o vírus ao medo, outras o encaram como uma condição tratável, e esse entendimento pode levar o sujeito infectado a correr riscos de vida. Não enxergar a doença de maneira de forma mais preocupante pode levar por exemplo, um índice maior de gravidez, ou seja, não se tem um foco maior em que os jovens em especial, se previnam e diante dessa falta de cuidado, há uma grande possibilidade de que ocorra uma gravidez indesejada. Segundo os Boletins Epidemiológicos de HIV/AIDS ou bases como o Sinan (Sistema de Informação de Agravos de Notificação) no ano de 2022, os dados apontaram uma prevalência significativa de gestantes jovens com infecção pelo HIV entre mulheres pardas (52,1%), seguidas de brancas (28,5%) e pretas (14%). A detecção do HIV durante a gestação é crucial para a implementação de cuidados, orientações e ações previnam a transmissão do vírus. Nesse cenário, a maioria das gestantes diagnosticadas já conhecia sua soropositividade antes mesmo do início do pré-natal, representando quase 60% dos casos no ano.

Mesmo o índice expressivo de pré-natal realizado pelas gestantes, apresentando um número de 90% nos últimos anos, o tratamento com antirretroviral durante esse processo do pré-natal se apresenta de maneira bastante preocupante.

Em 2022, somente 66,8% das gestantes que são acompanhadas por profissionais da saúde (médicos) relataram fazer uso da terapia (Tarv). Esses 66,8% se apresenta como um número muito abaixo da expectativa que se tinha que era de 95%. 95% era um número necessário para que a transmissão vertical do HIV fosse combatida. Além disso, 13,5% das gestantes não fizeram uso da terapia, e em

19,7% dos casos a informação sobre o uso de Tarv era desconhecida, conforme dados do Sistema de Informação de Agravos de Notificação (SINAN).

No que se refere às jovens gestantes, é importante ressaltar que o antirretroviral seja usado de forma contínua. Seu uso frequente é de extrema importância não apenas no que se refere à proteção do bebê que está por nascer, mas também é uma forma de que a saúde da mãe seja garantida. Outrossim, é importante enfatizar que, é de suma importância que as jovens gestantes façam uso dessa terapia até o dia do parto, até o momento do nascimento do bebê, visto que, essa é uma forma de se evitar que o bebê seja infectado.

Partindo desse contexto, entende-se que, a medida em que se amplie a cobertura Tarv no pré-natal e que seja se melhore o registro informativo, essas são ações são essenciais para que se alcance a meta de eliminação da transmissão vertical do HIV. Para tanto, são ações, estratégias exigem demasiado esforço conjuntos no que se refere à educação sexual das pessoas, em especial aqui, dos jovens, como também no fortalecimento dos serviços de saúde e no acesso universal às terapias disponíveis, com atenção especial ao cuidado integral das jovens gestantes.

Todavia, como citado anteriormente, um dos maiores desafios que o país tem atualmente é fazer com que as pessoas mais jovens se interajam do assunto, que façam parte dos debates, das discussões sobre a doença, sobre HIV.

É de suma importância que os sistemas públicos, tanto de saúde como educação, social, entre outros, ofereçam informações bastante esclarecidas e que essas estejam alinhadas e também, acessíveis de forma que o público jovem tenha aos interesses em saber do processo, do que está sendo oferecido e o porquê.

As campanhas devem desenvolver diferentes estratégias e que essas tratem apenas da importância do preservativo, mas também de outras formas de prevenção, entre eles, a adoção não apenas o uso do preservativo, mas também outros métodos como a profilaxia pré-exposição (PrEP) e a profilaxia pós-exposição (PEP). Além disso, é imprescindível reforçar os debates sobre sexualidade, direitos reprodutivos e o preconceito associado ao HIV.

Fazer com que o tema HIV/AIDS no centro das discussões públicas se requer que seja feita uma reavaliação das prioridades dos Governos e que também haja uma maior participação da sociedade civil.

Se faz urgente um investimento bem maior do que se tem nas políticas

públicas e que retome de maneira mais intensa o diálogo entre diferentes setores, que se promovam o engajamento comunitário e adotem uma abordagem humanista e inclusiva. Somente assim será possível transformar o HIV/AIDS em um tema de atenção permanente, e não apenas sazonal.

3. OS JOVENS QUE CONVIVEM COM HIV E O PRECONCEITO POR ELES SOFRIDOS ELES

Os jovens que convivem com o HIV/AIDS enfrentam um forte preconceito, o qual se manifesta de diversas formas, desde a exclusão social até a discriminação em ambientes de estudo e trabalho. Muitas vezes, o medo de serem rejeitados impede que esses jovens revelem sua verdadeira condição, o que muitas vezes os leva ao isolamento e a desenvolverem problemas emocionais como depressão e ansiedade.

No ambiente escolar, por exemplo, resultados de estudos revelam que estudantes que são soropositivos podem sofrer bullying e discriminação por parte de colegas e até mesmo de professores que possuem informações erradas sobre a transmissão do vírus. Esse cenário contribui para a evasão escolar, limitando as oportunidades educacionais e profissionais desses jovens.

Assim, muitas vezes na área profissional, no mercado de trabalho, o preconceito está presente e, portanto, se torna também é uma barreira bastante expressiva.

Infelizmente, se requer ressaltar que em algumas empresas ainda ocorre a discriminação, seja ela de maneira explícita, como que, negando oportunidades de emprego, ou de forma velada, criando ambientes hostis para pessoas soropositivas. Entendem-se diante desses acontecimentos que O desconhecimento sobre a doença e os estereótipos associados ao HIV perpetuam esse ciclo de exclusão.

Outrossim, além das dificuldades enfrentadas no dia a dia, além do setor profissional, ou seja, externamente, visto que os jovens que vivem com HIV também enfrentam desafios internamente, intrinsecamente, pois, quando recebem o diagnóstico, esse por sua pode gerar um grande impacto emocional, despertando sentimento de culpa, medo e insegurança.

Segundo os jovens que convivem com esses problemas relatam ter dificuldades em iniciar e ou manter relacionamentos afetivos devido ao medo da rejeição e da discriminação por parte de parceiros(as).

Partindo desse contexto, o acompanhamento psicológico e social é essencial para que esses jovens consigam lidar com sua condição de maneira saudável. Grupos de apoio, terapia e acesso a informações corretas são fundamentais para ajudá-los a enfrentar os desafios emocionais e sociais associados ao HIV.

É importante destacar que se requer que esses jovens tenham um ambiente acolhedor, onde possam expressar seus medos, dúvidas e inseguranças sem receio de serem julgados. O suporte emocional, seja por meio da família, amigos ou profissionais especializados, pode fazer toda a diferença na construção da autoestima e na aceitação da própria condição. O estímulo ao diálogo aberto e honesto também contribui para a redução do estigma, permitindo que eles se sintam mais confiantes para buscar ajuda sempre que necessário.

Outro aspecto relevante é a importância da educação e da conscientização dentro da sociedade. Muitas vezes, a falta de conhecimento sobre o HIV leva à disseminação de informações equivocadas, reforçando preconceitos e barreiras sociais. Iniciativas que promovam a disseminação de informações corretas, tanto nas escolas quanto nos meios de comunicação, são essenciais para criar um ambiente mais inclusivo e menos discriminatório. Assim, esses jovens podem se sentir mais seguros para interagir socialmente sem o peso do estigma.

A autonomia também deve ser incentivada, capacitando esses jovens a tomarem decisões conscientes sobre sua saúde e bem-estar. Isso envolve não apenas a adesão ao tratamento, mas também o desenvolvimento de habilidades para lidar com situações do cotidiano, como relacionamentos interpessoais, inserção no mercado de trabalho e a construção de um projeto de vida. O fortalecimento da autoconfiança e da resiliência permite que eles enfrentem os desafios com maior preparo e determinação.

Por fim, é imprescindível que o governo estadual, com as políticas públicas garantam o acesso contínuo a tratamentos eficazes, acompanhamento médico de qualidade e suporte psicológico.

Outrossim, a parceria de instituições governamentais e organizações não governamentais é crucial para que os direitos desses jovens sejam assegurados e para que eles possam viver com dignidade. A construção de uma sociedade mais empática e informada depende do compromisso coletivo em combater o preconceito e oferecer oportunidades igualitárias para todos.

Trata-se de uma questão muito delicada e, para enfrentar o preconceito o

jovem que convive com o HIV/AIDS se requer que o governo invista mais profundamente em educação e conscientização, além de criar campanhas informativas nas escolas, universidades e locais de trabalho podem ajudar a desconstruir mitos e desinformações sobre o vírus. Além disso, é fundamental promover políticas públicas que garantam a inclusão e os direitos das pessoas soropositivas.

Outro apoio, parceria estratégica é o trabalho fomentado na mídia, visto que esse veículo de comunicação desempenha um papel importante na desconstrução do estigma. Representações positivas e realistas de pessoas vivendo com HIV podem contribuir para mudar a percepção da sociedade em relação à doença. Além disso, figuras públicas que compartilham suas experiências podem servir de inspiração para que outros jovens se sintam acolhidos e representados.

Finalizando esse tema, cabe destacar que outro ponto fundamental no combate ao preconceito é a garantia do acesso aos serviços de saúde e que esse seja de qualidade. Programas de prevenção, testagem e tratamento devem ser acessíveis a todos, sem qualquer tipo de discriminação. O atendimento humanizado nos serviços de saúde também é um fator crucial para que os jovens sintam-se seguros e acolhidos ao buscar tratamento e acompanhamento médico.

4. O MINISTÉRIO DA SAÚDE E AS AÇÕES ESTRATÉGICAS PARA COMBATE AO HIV

De acordo com a Secretaria de Vigilância em Saúde e Ambiente, aproximadamente 900 mil pessoas vivendo com HIV já sabem de seu diagnóstico, mas ainda há cerca de 100 mil pessoas que precisam ser identificadas para dar início ao tratamento.

Para expandir o atendimento e alcançar mais pessoas, o Ministério da Saúde assegurou, em 2023, um investimento de R\$ 27 milhões para a compra de 4 milhões de unidades de um teste rápido inovador que detecta simultaneamente o HIV e a sífilis. A introdução desse teste no Sistema Único de Saúde (SUS) fortalece a capacidade de rastreamento e acelera o tratamento para a população, além de otimizar o cuidado com esses indivíduos.

O teste será inicialmente direcionado a grupos prioritários, como mulheres grávidas, profissionais do sexo e homens que fazem sexo com homens. Os demais

indivíduos continuarão a ser testados com a tecnologia já disponível atualmente. Entre os benefícios do novo teste estão a simplificação de sua aplicação, que requer apenas um reagente, e a diminuição do espaço necessário para armazenamento nos postos de saúde. Similar ao processo de rastreio atual, os resultados do teste serão obtidos em até 30 minutos, sem a necessidade de infraestrutura laboratorial.

Além disso, o governo federal anunciou uma redução no número de comprimidos que as pessoas vivendo com HIV precisarão ingerir diariamente. Em vez de dois comprimidos, será necessário tomar apenas um. O medicamento combina dois antirretrovirais fornecidos pelo SUS: lamivudina e dolutegravir. Essa mudança facilita a adesão ao tratamento, diminui os efeitos colaterais e mantém a carga viral sob controle.

A substituição gradual do esquema terapêutico será realizada para garantir a eficácia e segurança do novo regime.

Como parte do seu compromisso com o enfrentamento do HIV, o Ministério da Saúde também divulgou um novo Protocolo Clínico e Diretrizes Terapêuticas (PCDT) para o manejo da infecção pelo HIV. Esse protocolo serve como um guia abrangente para profissionais de saúde, oferecendo orientações claras sobre os melhores cuidados e tratamentos a serem aplicados. O governo demonstra, assim, um esforço contínuo em melhorar a qualidade do atendimento e apoio à população afetada.

Em 2023, outra iniciativa importante foi o lançamento do Comitê Interministerial para Eliminação da Tuberculose e Outras Doenças Determinadas Socialmente (CIEDDS), coordenado pelo Ministério da Saúde. Este grupo, que operará até janeiro de 2030, tem como missão combater doenças socialmente determinadas, como o HIV, sífilis e hepatite B, que são transmitidas de mãe para filho. Dados oficiais apontam que, entre 2017 e 2021, essas doenças foram responsáveis pela morte de mais de 59 mil pessoas no Brasil. A meta é eliminar essas doenças como problemas de saúde pública, incluindo a eliminação da transmissão vertical.

Além do mais, o Ministério da Saúde se prepara para uma ação ampliada no início de 2024, com um investimento de R\$ 40 milhões. O objetivo dessa ação é mobilizar a sociedade civil em uma grande campanha nacional de prevenção e diagnóstico do HIV, convidando movimentos sociais, universidades, ONGs e sociedades científicas a se engajarem na ampliação do acesso à saúde. A colaboração entre diversos setores será fundamental para fortalecer a luta contra o

HIV e garantir um atendimento mais eficaz e abrangente para a população em risco.

Essas ações refletem um compromisso sólido e contínuo do Ministério da Saúde em combater o HIV e outras doenças relacionadas, buscando não apenas o tratamento, mas também a prevenção e a eliminação das condições que favorecem a transmissão.

O engajamento da sociedade e o apoio das diversas esferas do governo são essenciais para enfrentar os desafios impostos pelo HIV e garantir um futuro mais saudável para todos.

5. RESULTADOS:

A problemática do HIV entre os jovens no Brasil é um tema que requer uma atenção diferenciada, que seja contínua e que possua estratégias que sejam eficazes nas ações de prevenção. De acordo com os dados revelados por estudos recentes revelam que, enquanto o diagnóstico e o tratamento do HIV têm avançado em algumas áreas, em outras, situações preocupantes, com desafios podendo ser considerados significativos se fazem presentes.

Esses desafios podem ser encontrados nas análises realizadas com relação a gravidez precoce, inesperada, não planejadas, além das lacunas existentes nas políticas públicas no que se refere ao suporte que essas devem dar às pessoas que convivem ou que possam a conviver com a doença.

No cenário brasileiro, a gravidez na adolescência e o HIV muitas vezes são considerados como situações que são provocadas devido à desigualdade social e também pela qualidade de que os jovens na escola

.De acordo com Freitas (2023) entre as gestantes que foram diagnosticadas com HIV em 2022, segundo observou-se uma prevalência maior entre jovens de grupos vulneráveis, incluindo mulheres pardas e pretas. Esses números evidenciam não apenas uma questão de saúde pública, mas também de disparidades sociais, que limitam o acesso à educação sexual de qualidade, ao planejamento reprodutivo e a métodos eficazes de prevenção.

A falta de informações claras sobre saúde sexual e reprodutiva, somada ao conservadorismo crescente, dificulta a abordagem desses temas em escolas e comunidades. O uso inconsistente de preservativos e a minimização dos riscos associados ao HIV, frequentemente em favor da prevenção de gravidez não planejada, são comportamentos comuns entre os jovens. Esse cenário reflete a

ausência de campanhas de conscientização contínuas e adaptadas às necessidades dessa população.

O Ministério da Saúde (2024), em resposta, tem promovido iniciativas que procuram enfrentar esses desafios. A inclusão de um teste rápido capaz de detectar simultaneamente HIV e sífilis no Sistema Único de Saúde (SUS) é uma estratégia que fortalece o rastreio, especialmente em grupos prioritários como jovens grávidas. Ainda assim, o alcance dessas ações pode ser limitado pela baixa adesão ao pré-natal em algumas comunidades e pela falta de conscientização sobre a importância do diagnóstico precoce.

A implementação de novos protocolos clínicos e a redução do número de comprimidos no tratamento do HIV são passos significativos para melhorar a adesão e a qualidade de vida das pessoas vivendo com o vírus. Contudo, essas mudanças precisam vir acompanhadas de um esforço maior para engajar os jovens em práticas preventivas. Campanhas que promovam o uso de preservativos e a profilaxia pré-exposição (PrEP), além de abordagens educativas que dialoguem com a linguagem e os valores dessa faixa etária, são fundamentais.

Além disso, as iniciativas governamentais devem considerar a interseção entre gravidez precoce e HIV, investindo em políticas que integrem serviços de saúde sexual e reprodutiva. O planejamento familiar, o acesso facilitado a métodos contraceptivos e a garantia de acompanhamento psicológico e social são indispensáveis para quebrar o ciclo de vulnerabilidade que afeta jovens em situação de risco.

O edital que foi previsto para 2024, com um investimento de R\$ 40 milhões para mobilizar a sociedade civil, representa uma oportunidade de envolver universidades, movimentos sociais e ONGs na criação de campanhas mais abrangentes e inclusivas. Esse tipo de ação pode trazer um impacto significativo na disseminação de informações e na promoção de comportamentos seguros entre os jovens.

Em síntese, a resposta ao HIV entre os jovens no Brasil requer uma abordagem multidimensional, que integre educação, saúde pública e políticas sociais. O desafio não é apenas alcançar metas numéricas, mas também garantir que os jovens, especialmente os mais vulneráveis, tenham acesso a

informações, cuidados e recursos que os capacitem a tomar decisões seguras e responsáveis. É somente com o engajamento de toda a sociedade e um compromisso governamental contínuo que será possível reverter os indicadores alarmantes e construir um futuro mais equitativo e saudável para a juventude brasileira.

CONCLUSÃO

Diante dos desafios apresentados, é evidente que a questão do HIV entre os jovens e a gravidez precoce no Brasil exige uma abordagem integrada e contínua. A combinação de estratégias educativas, investimentos em tecnologias de diagnóstico e melhorias no tratamento demonstra o compromisso do Ministério da Saúde em enfrentar essas questões. No entanto, é imprescindível que essas ações sejam ampliadas para além das populações prioritárias, alcançando um público jovem mais amplo e promovendo um diálogo constante sobre saúde sexual e reprodutiva.

O engajamento da sociedade civil, das instituições educacionais e das organizações comunitárias é essencial para garantir que as políticas públicas sejam eficazes e inclusivas. Ao unir esforços em torno da prevenção, diagnóstico e apoio, o Brasil tem a oportunidade de transformar um cenário marcado por vulnerabilidades em um modelo de resposta sólida e humana, assegurando um futuro mais saudável e promissor para as novas gerações.

REFERÊNCIAS

Ayres, J. R. de C. M. **Cuidado: trabalho e interação nas práticas de saúde.**

Revista Saúde e Sociedade, 2004, v. 13, n. 3, p. 16-29. DOI:

<https://doi.org/10.1590/S0104-12902004000300003>.

Brasil. Ministério da Saúde. **Estratégias para Prevenção Combinada do HIV.**

Brasília: Ministério da Saúde, 2020.

Disponível em: <https://www.aids.gov.br>

Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. **Boletim**

Epidemiológico HIV/Aids. Brasília: Ministério da Saúde, 2022. Disponível

em: <https://www.gov.br/saude/pt-br>

Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. **Protocolo Clínico e Diretrizes Terapêuticas para Manejo da Infecção pelo HIV**. Brasília. 2023. Ministério da Saúde, 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br>

Freitas, A.C. A desigualdade é um dos principais fatores a impedir o fim da pandemia de HIV e aids. Disponível em: <https://jornal.usp.br/atualidades/a-desigualdade-e-um-dos-principais-fatores-a-impedir-o-fim-da-pandemia-de-hiv-e-aids/2023>.

Garcia, S.H.B. **A importância do pré-natal no enfrentamento da transmissão vertical do HIV**. *Revista Brasileira de Saúde Materno Infantil*, 2020, v. 20, n. 4, p. 975-984. DOI: <https://doi.org/10.1590/1806-9304202000040000>.

Paim, J. S. **A reforma sanitária brasileira e o Sistema Único de Saúde: problemas e desafios**. *Revista Saúde em Debate*, 2018, v. 42, n. 1, p. 11-23. DOI: <https://doi.org/10.1590/0103-11042018S101>.

Silva, G.Tda;Teixeira, P.R. **A construção da resposta brasileira ao HIV/aids e os desafios do conservadorismo**. *Revista Ciência & Saúde Coletiva*, 2009, v. 14, n. 2, p. 709-720. DOI: <https://doi.org/10.1590/S1413-81232009000200022>.

UNAIDS. **Programa Conjunto das Nações Unidas sobre HIV/Aids. Relatório Global sobre HIV/Aids**. 2022. Genebra: UNAIDS, 2022. Disponível em: <https://www.unaids.org>

UNICEF. Brasil. *Adolescência e HIV no Brasil: Panorama e desafios*. Brasília: 2021. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil>